



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto do presente termo de referência é a **AQUISIÇÃO DE OVOS DE PÁSCOA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAL/MG**, de acordo com o descritivo e quantitativo abaixo indicado:

Item	Descrição	Un	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1.	OVO DE PÁSCOA - CHOCOLATE AO LEITE , confeccionado em chocolate ao leite de boa qualidade, obtido a partir da mistura de derivados de cacau, massa de cacau, cacau em pó e ou manteiga de cacau com outros ingredientes, contendo no mínimo 25% de sólidos totais de cacau, embalados individualmente em papel aluminizado com fita de cetim na amarração e com uma base tipo copinho. A embalagem deve conter informações sobre o peso, ingredientes, composição nutricional, fabricante e a data de validade. Validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega. Peso mínimo de 100 gramas a 180 gramas com, no mínimo 2 bombons de chocolate nas mesmas especificações do ovo de páscoa de no mínimo 15 g cada. Deverá ser entregue intacto, não deve conter brinquedos, cartões ou qualquer objeto que possa ser engolido por crianças.	UN	1074		
2.	Ovo De Páscoa (Chocolate) N2 100g. Produzido Com Chocolate Meio Amargo , No Mínimo 50% De Cacau, Obtido A Partir Da Mistura De Açúcar, Massa De Cacau, Manteiga De Cacau, Gordura Vegetal, Leite Em Pó	UN	325		



	Integral, Leite Em Pó Desnatado, Soro De Leite, Emulsificante E Aromatizante. Com Dois Bombons Dentro, Embalado Em Folha De Papel Chumbo E Decorado Com Folha Temática De Páscoa.				
3.	TABLETE DE CHOCOLATE-VEGANO - PARA INTOLERANTES A LACTOSE E CORANTES , confeccionado sem adição de glúten, sem lactose, sem corantes, podendo ser consumido por celíacos, intolerantes a lactose e alérgicos a corantes. Ingredientes: açúcar orgânico, manteiga de cacau, massa de cacau, extrato de soja, sal refinado, emulsificantes lecitina de soja e poliricinoleato de poliglicerila e aromatizante". Embalados individualmente em papel aluminizado com fita de cetim na amarração e com uma base tipo copinho. A embalagem deve conter informações sobre o peso, ingredientes, composição nutricional, fabricante e a data de validade. Validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega. Deverá ser entregue intacto, não deve conter brinquedos, cartões ou qualquer objeto que possa ser engolido por crianças.	UN	25		
4.	TABLETE DE CHOCOLATE- VEGANO - PARA ALÉRGICOS A PROTEÍNA DO LEITE E CORANTES , confeccionado em chocolate puro sem glúten, sem lactose, sem proteína de leite, sem corantes. Podendo ser consumido por celíacos, alérgicos a proteína do leite e alérgicos a corantes. Ingredientes: açúcar orgânico, manteiga de cacau, massa de cacau, extrato de soja, sal refinado, emulsificantes: lecitina de soja e poliricinoleato de poliglicerila e aromatizante. Embalados individualmente em papel aluminizado com	UN	18	R\$	



	fita de cetim na amarração e com uma base tipo copinho. A embalagem deve conter informações sobre o peso, ingredientes, composição nutricional, fabricante e a data de validade. Validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega. Deve conter a informação: vegano para alérgicos a proteína do leite. Peso mínimo de 100 gramas. Deverá ser entregue intacto, não deve conter brinquedos, cartões ou qualquer objeto que possa ser engolido por crianças.				
5.	TABLETE A BASE DE ALFARROBA - PARA ALÉRGICOS A CHOCOLATE, GLÚTEN, AMENDOIM, CORANTES, LACTOSE E PROTEÍNA DO LEITE , confeccionado em alfarroba em substituição do chocolate; a base de alfarroba em pó; podendo ser consumido por celíacos, alérgicos a proteína do leite, alérgicos a cacau, alérgicos a amendoim e oleaginosas, alérgicos a corantes e intolerantes a lactose (isento de lactose, isento da proteína do leite, isento de glúten, isento de corantes e isento de amendoim e traços de oleaginosas em geral). Embalados individualmente em papel aluminizado com fita de cetim na amarração e com uma base tipo copinho. A embalagem deve conter informações sobre o peso, ingredientes, composição nutricional, fabricante e a data de validade. Validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega. Deve conter a informação: sem cacau a base de alfarroba. Peso mínimo de 100 gramas. Deverá ser entregue intacto, não deve conter brinquedos, cartões ou qualquer objeto que possa ser engolido por crianças.	UN	3	R\$	

1.1. Os itens objeto deste termo de referência são caracterizados como comuns, conforme dispensa de estudo técnico preliminar conforme regulamentação.

1.2. A pesquisa de preços encontra-se anexa ao presente termo de referência.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 09 (meses) meses contados do(a) recebimento da autorização de fornecimento pela contratada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do DFD (documento de formalização de demanda), apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A Administração Municipal ainda não adota o plano de contratações anual.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover a inclusão social e o bem-estar dos alunos da rede municipal de ensino por meio da distribuição de ovos de Páscoa, uma ação que reforça valores como solidariedade e pertencimento. A celebração da Páscoa é uma tradição cultural amplamente difundida, e a entrega dos ovos contribui para o fortalecimento do vínculo entre a escola e os alunos, incentivando a participação e o engajamento escolar.

Além disso, a iniciativa busca garantir que todos os alunos possam ser contemplados, incluindo aqueles com restrições alimentares, como intolerância à lactose, alergia ao glúten e outras condições específicas. Dessa forma, a contratação prevê a aquisição de ovos de Páscoa convencionais e versões adaptadas para atender às necessidades nutricionais desses estudantes, promovendo a equidade na distribuição.

A solução esperada é a aquisição e entrega dos ovos de Páscoa dentro do prazo adequado, garantindo que todos os alunos recebam o benefício a tempo da celebração. Espera-se, ainda, que os produtos adquiridos sejam de qualidade, devidamente certificados e atendam às exigências sanitárias e nutricionais aplicáveis.

Com essa ação, busca-se não apenas proporcionar um momento de alegria e confraternização aos alunos, mas também reforçar o compromisso da administração pública com a inclusão, o respeito à diversidade e o bem-estar dos estudantes.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Prazo e local de entrega

O prazo de entrega dos itens serão de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, a entrega dos ovos de Páscoa está programado para ocorrer antes da Páscoa. Portanto, é essencial que o fornecimento ocorra sem atrasos, garantindo que todos os alunos recebam os produtos dentro do período previsto justificando assim necessidade de um prazo reduzido de 5 dias para a contratação, garantindo a aquisição e distribuição dentro do cronograma estabelecido. nos seguintes endereços:

Escola Municipal João Lúcio dos Santos na Rua João Pereira Lopes, 375, Bela Vista, Congonhal MG;

Pré Escola Municipal Prefeito Joaquim Inácio Franco na Rua José do Patrocínio, 140, Centro, Congonhal MG;

CEMEI- Professora Vita Alves de Lima na Rua Cesário Alvim, 558, Jardim Planalto, Congonhal MG.

4.1.

Recebimento

4.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. Os itens deverão ser recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias corridos ou de acordo com a necessidade do contratante, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do serviço.

Preposto

4.5. A Contratada designará formalmente um preposto da empresa, antes do início da entrega e da execução do serviço, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

Apresentar certificados de conformidade com as normas sanitárias vigentes;

Garantir a qualidade dos produtos fornecidos;

Possuir capacidade logística para cumprir os prazos e locais de entrega estabelecidos;

Emitir nota fiscal eletrônica correspondente ao fornecimento dos produtos.

A empresa fornecedora deverá garantir que os produtos sejam entregues em perfeitas condições, sem avarias ou danos.

Ter embalagem Individual, adequada para transporte e armazenamento

Ter validade de Mínimo de 3 meses a partir da data da entrega

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias, mediante simples apostila.

7.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos conforme previsto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.3. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.4. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.5. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.9. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

9. DO PAGAMENTO

Prazo de pagamento

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, que dependerá do recebimento da nota fiscal.

9.2. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, sob pena de serem retidos os pagamentos.

9.3. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao PNCP para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.4. Em caso de irregularidade fiscal o pagamento não será realizado.

9.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Forma de pagamento

9.7. O recebimento será através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10. DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1. Por se tratar contratação por escopo, não sendo os serviços finalizados no prazo contratado, o contrato será prorrogado nos termos do art.111 da Lei 14.133/2021.

11. REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 12(doze) meses do ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12. Ultrapassados 12 meses da data do orçamento estimado, a contratação será reajustada pelo acumulado do IPCA.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. O critério de seleção é o menor preço global para manter o padrão dos produtos fornecidos, para que não haja diferenciação entre os ovos recebidos pelos beneficiários



de cada tipo, bem como evitar que um ou outro tipo de produto não seja entregue e, assim, possam causar discórdia entre os beneficiários.

13.2. Será adota a modalidade dispensa de licitação.

13.3. Serão exigidos os seguintes documentos na licitação:

13.4. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.5. Habilitação Jurídica:

13.5.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

13.5.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.5.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.5.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.5.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

13.5.5.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no país devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

13.5.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.5.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.5.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

13.5.9. Certidão Simplificada da Junta Comercial, para comprovação no enquadramento como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, expedida pela Junta Comercial (para empresa MEI, ME e EPP).

13.5.10. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

13.5.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ** ou no Cadastro de Pessoas Físicas – **CPF**, conforme o caso;

13.5.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

13.5.13. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

13.5.14. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede da licitante.

13.5.15. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal ou Distrital, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, emitida pela Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da licitante.

13.5.15.1. Caso a licitante tenha filial no Município de Congonhal, deverá apresentar também a **Certidão de Regularidade Fiscal - CRF**;

13.5.16. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

13.5.17. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o **Microempreendedor Individual (MEI)** deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

13.5.18. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da **Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



13.5.19. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará **decadência** do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.6. Qualificação Econômico-Financeira:

13.6.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

13.7. Documentos complementares:

13.7.1.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

13.7.1.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

13.7.1.3. Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o Município;

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ **24.180,85 (vinte e quatro mil cento e oitenta reais e oitenta e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos em anexo.

Item	Descrição	Un	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	OVO DE PÁSCOA - CHOCOLATE AO LEITE , confeccionado em chocolate ao leite de boa qualidade, obtido a partir da mistura de derivados de cacau, massa de cacau, cacau em pó e ou manteiga de cacau com outros ingredientes, contendo no mínimo 25% de sólidos totais de cacau, embalados individualmente em papel aluminizado com fita de cetim na amarração e com uma base tipo copinho. A embalagem deve conter informações sobre o peso, ingredientes, composição nutricional, fabricante e a data de validade. Validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega. Peso mínimo de 100 gramas a 180 gramas com, no mínimo 2	UN	1074	R\$ 14,078	R\$ 15.119,24



	bombons de chocolate nas mesmas especificações do ovo de páscoa de no mínimo 15 g cada. Deverá ser entregue intacto, não deve conter brinquedos, cartões ou qualquer objeto que possa ser engolido por crianças.				
2	OVO DE PÁSCOA (CHOCOLATE) N2 100G. PRODUZIDO COM CHOCOLATE MEIO AMARGO , NO MÍNIMO 50% DE CACAU, OBTIDO A PARTIR DA MISTURA DE AÇÚCAR, MASSA DE CACAU, MANTEIGA DE CACAU, GORDURA VEGETAL, LEITE EM PÓ INTEGRAL, LEITE EM PÓ DESNATADO, SORO DE LEITE, EMULSIFICANTE E AROMATIZANTE. COM DOIS BOMBONS DENTRO, EMBALADO EM FOLHA DE PAPEL CHUMBO E DECORADO COM FOLHA TEMÁTICA DE PÁSCOA.	UN	325	R\$ 21,855	R\$ 7.102,88
3	TABLETE DE CHOCOLATE-VEGANO - PARA INTOLERANTES A LACTOSE E CORANTES , confeccionado sem adição de glúten, sem lactose, sem corantes, podendo ser consumido por celíacos, intolerantes a lactose e alérgicos a corantes. Ingredientes: açúcar orgânico, manteiga de cacau, massa de cacau, extrato de soja, sal refinado, emulsificantes lecitina de soja e poliricinoleato de poliglicerila e aromatizante". Embalados individualmente em papel aluminizado com fita de cetim na amarração e com uma base tipo copinho. A embalagem deve conter informações sobre o peso, ingredientes, composição nutricional, fabricante e a data de validade. Validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega. Deverá ser entregue intacto, não deve conter brinquedos, cartões ou qualquer objeto que possa ser engolido por crianças.	UN	25	R\$ 37,394	R\$ 934,85



4	TABLETE DE CHOCOLATE- VEGANO - PARA ALÉRGICOS A PROTEÍNA DO LEITE E CORANTES , confeccionado em chocolate puro sem glúten, sem lactose, sem proteína de leite, sem corantes. Podendo ser consumido por celíacos, alérgicos a proteína do leite e alérgicos a corantes. Ingredientes: açúcar orgânico, manteiga de cacau, massa de cacau, extrato de soja, sal refinado, emulsificantes: lecitina de soja e polirricinoleato de poliglicerila e aromatizante. Embalados individualmente em papel aluminizado com fita de cetim na amarração e com uma base tipo copinho. A embalagem deve conter informações sobre o peso, ingredientes, composição nutricional, fabricante e a data de validade. Validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega. Deve conter a informação: vegano para alérgicos a proteína do leite. Peso mínimo de 100 gramas. Deverá ser entregue intacto, não deve conter brinquedos, cartões ou qualquer objeto que possa ser engolido por crianças.	UN	18	R\$ 41,7225	R\$ 751,01
5	TABLETE A BASE DE ALFARROBA - PARA ALÉRGICOS A CHOCOLATE, GLÚTEN, AMENDOIM, CORANTES, LACTOSE E PROTEÍNA DO LEITE , confeccionado em alfarroba em substituição do chocolate; a base de alfarroba em pó; podendo ser consumido por celíacos, alérgicos a proteína do leite, alérgicos a cacau, alérgicos a amendoim e oleaginosas, alérgicos a corantes e intolerantes a lactose (isento de lactose, isento da proteína do leite, isento de glúten, isento de corantes e isento de amendoim e traços de oleaginosas em geral). Embalados individualmente em papel aluminizado com	UN	3	R\$ 90,958	R\$ 242,87



	fita de cetim na amarração e com uma base tipo copinho. A embalagem deve conter informações sobre o peso, ingredientes, composição nutricional, fabricante e a data de validade. Validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega. Deve conter a informação: sem cacau a base de alfarroba. Peso mínimo de 100 gramas. Deverá ser entregue intacto, não deve conter brinquedos, cartões ou qualquer objeto que possa ser engolido por crianças.				
--	---	--	--	--	--

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Lei Orçamentária Anual.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.03.05.12.361.0005.2.014.3390.32.00 – 141 - MATERIAL , BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

15.3. Eventual dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. DAS SANÇÕES

16.1.1. As sanções são aquelas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo elas a advertência, a multa, o impedimento do direito de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade.

16.1.2. As causas que justificam a imposição da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Congonhal estão previstas no art. 56 do Decreto Municipal nº 3.125/ 2023.

16.1.3. As causas que justificam a imposição da penalidade de declaração de inidoneidade estão previstas no art. 57 do Decreto Municipal nº 3.125/ 2023.



16.1.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

16.2. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

16.3. As penalidades serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

Congonhal, 12 de março de 2025

O presente Termo de Referência foi realizado pelo(s) servidor(es) abaixo:

Débora Guimarães Santos Moreira
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO





MODELO PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO Nº 0033/2025

DISPENSA Nº 0015/2025

NOME, SEDE SOCIAL, INSCRIÇÃO NO CNPJ/MF, por seu sócio-gerente/administrador abaixo assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria apresentar a seguinte proposta para **AQUISIÇÃO DE OVOS DE PÁSCOA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAL/MG**, referente à licitação na modalidade Dispensa nº 0033/2025, realizada pela Prefeitura Municipal de Congonhal, no tipo menor preço por item, conforme a seguinte relação abaixo:

Item	Descrição	Un	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
6.	OVO DE PÁSCOA - CHOCOLATE AO LEITE , confeccionado em chocolate ao leite de boa qualidade, obtido a partir da mistura de derivados de cacau, massa de cacau, cacau em pó e ou manteiga de cacau com outros ingredientes, contendo no mínimo 25% de sólidos totais de cacau, embalados individualmente em papel aluminizado com fita de cetim na amarração e com uma base tipo copinho. A embalagem deve conter informações sobre o peso, ingredientes, composição nutricional, fabricante e a data de validade. Validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega. Peso mínimo de 100 gramas a 180 gramas com, no mínimo 2 bombons de chocolate nas mesmas especificações do ovo de páscoa de no mínimo 15 g cada. Deverá ser entregue intacto, não deve conter brinquedos, cartões ou qualquer objeto que possa ser engolido por crianças.	UN	1074		
7.	OVO DE PÁSCOA (CHOCOLATE) N2 100G.	UN	325		



	PRODUZIDO COM CHOCOLATE MEIO AMARGO , NO MÍNIMO 50% DE CACAU, OBTIDO A PARTIR DA MISTURA DE AÇÚCAR, MASSA DE CACAU, MANTEIGA DE CACAU, GORDURA VEGETAL, LEITE EM PÓ INTEGRAL, LEITE EM PÓ DESNATADO, SORO DE LEITE, EMULSIFICANTE E AROMATIZANTE. COM DOIS BOMBONS DENTRO, EMBALADO EM FOLHA DE PAPEL CHUMBO E DECORADO COM FOLHA TEMÁTICA DE PÁSCOA.				
8.	TABLETE DE CHOCOLATE-VEGANO - PARA INTOLERANTES A LACTOSE E CORANTES , confeccionado sem adição de glúten, sem lactose, sem corantes, podendo ser consumido por celíacos, intolerantes a lactose e alérgicos a corantes. Ingredientes: açúcar orgânico, manteiga de cacau, massa de cacau, extrato de soja, sal refinado, emulsificantes lecitina de soja e poliricinoleato de poliglicerila e aromatizante". Embalados individualmente em papel aluminizado com fita de cetim na amarração e com uma base tipo copinho. A embalagem deve conter informações sobre o peso, ingredientes, composição nutricional, fabricante e a data de validade. Validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega. Deverá ser entregue intacto, não deve conter brinquedos, cartões ou qualquer objeto que possa ser engolido por crianças.	UN	25		
9.	TABLETE DE CHOCOLATE- VEGANO - PARA ALÉRGICOS A PROTEÍNA DO LEITE E CORANTES , confeccionado em chocolate puro sem glúten, sem lactose, sem proteína de leite, sem corantes. Podendo ser consumido por celíacos, alérgicos a proteína do leite e alérgicos a corantes. Ingredientes: açúcar	UN	18	R\$	



	orgânico, manteiga de cacau, massa de cacau, extrato de soja, sal refinado, emulsificantes: lecitina de soja e polirricinoleato de poliglicerila e aromatizante. Embalados individualmente em papel aluminizado com fita de cetim na amarração e com uma base tipo copinho. A embalagem deve conter informações sobre o peso, ingredientes, composição nutricional, fabricante e a data de validade. Validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega. Deve conter a informação: vegano para alérgicos a proteína do leite. Peso mínimo de 100 gramas. Deverá ser entregue intacto, não deve conter brinquedos, cartões ou qualquer objeto que possa ser engolido por crianças.				
10.	TABLETE A BASE DE ALFARROBA - PARA ALÉRGICOS A CHOCOLATE, GLÚTEN, AMENDOIM, CORANTES, LACTOSE E PROTEÍNA DO LEITE , confeccionado em alfarroba em substituição do chocolate; a base de alfarroba em pó; podendo ser consumido por celíacos, alérgicos a proteína do leite, alérgicos a cacau, alérgicos a amendoim e oleaginosas, alérgicos a corantes e intolerantes a lactose (isento de lactose, isento da proteína do leite, isento de glúten, isento de corantes e isento de amendoim e traços de oleaginosas em geral). Embalados individualmente em papel aluminizado com fita de cetim na amarração e com uma base tipo copinho. A embalagem deve conter informações sobre o peso, ingredientes, composição nutricional, fabricante e a data de validade. Validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega. Deve conter a informação: sem cacau a base de alfarroba.	UN	3	R\$	



	Peso mínimo de 100 gramas. Deverá ser entregue intacto, não deve conter brinquedos, cartões ou qualquer objeto que possa ser engolido por crianças.				
--	---	--	--	--	--

VALIDADE DA PROPOSTA:

Local e data

Atenciosamente,

(NOME E CNPJ DA LICITANTE)





ANEXO I - MODELO DECLARAÇÃO CONJUNTA

(USAR PREFERENCIALMENTE PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

Para,

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAL/MG.

Aos cuidados do Departamento de Licitações Municipal

REF.:

PROCESSO Nº 0033/2025

DISPENSA Nº 0015/2025

Prezados (a) senhores (a),

A empresa: _____, com sede na _____, nº ____, bairro ____ em _____ CEP: _____, inscrita no CNPJ nº _____, neste ato representada por seu representante legal, o senhor _____, inscrito no CPF nº _____, Cédula de Identidade _____, residente e domiciliado na _____, nº ____, bairro ____ em _____ CEP: _____.

DECLARA PARA FINS DE PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO LICITATÓRIO MENCIONADO ACIMA:

1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Termo de Referência, que se compromete a cumprir todos os termos e a fornecer serviços de qualidade, declarando plenamente sob as penas da lei que cumpre os requisitos de habilitação.
2. Que inexistem fatos impeditivos para habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências de fatos superveniente posteriores.
3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 68, inciso VI da Lei 14.133/21.



4. Sob as penas da Lei, em especial ao Art. 299 do Código Penal Brasileiro, que a proposta apresentada no presente certame, foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do pregão, por qualquer meio ou pessoa.
5. Que não tentou, por qualquer meio ou qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do pregão quanto a participar ou não do referido certame.
6. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
7. Não ter recebido de qualquer entidade da administração direta ou indireta, em âmbito federal, estadual e municipal, suspensão temporária de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a administração, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade para licitar e ou contratar com a administração federal, estadual e municipal.
8. Declara sob as penas da Lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei 123/2006 e alterações, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei 14.133/21.
9. Declaro, para fins da LC 123/06 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

() MICROEMPRESA – Receita bruta anual igual ou inferior a 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela lc 147/2014.

(..) EMPRESA DE PEQUENO PORTE – Receita bruta anual superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00 valores, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela lc 147/2014.

OBSERVAÇÕES:



A REDAÇÃO TRAZIDA PELO ITEM 9 DA PRESENTE DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006. CASO A LICITANTE NÃO SE ENQUADRE COMO ME OU EPP, DEVERA EXCLUIR A REDAÇÃO DO ITEM Nº 9.

A NÃO APRESENTAÇÃO DO ITEM 9 DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

Local, dia, mês de 2025.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

CPF:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:





ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO Nº 0xx/2025

Processo nº 0033/2025

Dispensa nº 0015/2025

A Prefeitura Municipal de Congonhal, com sede na Praça Comendador Ferreira de Matos, 29 – Centro – Congonhal, inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ sob o nº 18.675.967/0001-39, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rubens Vilela dos Santos Junior, a seguir denominada CONTRATANTE; e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** número: **xxx** Bairro: **XXXXXXXXXXXX** Cidade: **XXXXXXXXXXXX**. CEP: **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ **XXXXXXXXXXXXXX**, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador do CPF nº **XXXXXXXXXXXX**, resolvem firmar o presente contrato administrativo, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo nº. **0033/2025**, Lei Federal nº. 14.133 de 01/04/2021, e alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O presente contrato tem por objeto **AQUISIÇÃO DE OVOS DE PÁSCOA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAL/MG**, a ser prestado pela CONTRATADA.

1.1. Especificação e quantitativo:

Item	Descrição	Un	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
11.	OVO DE PÁSCOA - CHOCOLATE AO LEITE , confeccionado em chocolate ao leite de boa qualidade, obtido a partir da mistura de derivados de cacau, massa de cacau, cacau em pó e ou manteiga de cacau com outros ingredientes, contendo no mínimo 25% de	UN	1074		



	sólidos totais de cacau, embalados individualmente em papel aluminizado com fita de cetim na amarração e com uma base tipo copinho. A embalagem deve conter informações sobre o peso, ingredientes, composição nutricional, fabricante e a data de validade. Validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega. Peso mínimo de 100 gramas a 180 gramas com, no mínimo 2 bombons de chocolate nas mesmas especificações do ovo de páscoa de no mínimo 15 g cada. Deverá ser entregue intacto, não deve conter brinquedos, cartões ou qualquer objeto que possa ser engolido por crianças.				
12.	OVO DE PÁSCOA (CHOCOLATE) N2 100G. PRODUZIDO COM CHOCOLATE MEIO AMARGO , NO MÍNIMO 50% DE CACAU, OBTIDO A PARTIR DA MISTURA DE AÇÚCAR, MASSA DE CACAU, MANTEIGA DE CACAU, GORDURA VEGETAL, LEITE EM PÓ INTEGRAL, LEITE EM PÓ DESNATADO, SORO DE LEITE, EMULSIFICANTE E AROMATIZANTE. COM DOIS BOMBONS DENTRO, EMBALADO EM FOLHA DE PAPEL CHUMBO E DECORADO COM FOLHA TEMÁTICA DE PÁSCOA.	UN	325		
13.	TABLETE DE CHOCOLATE-VEGANO - PARA INTOLERANTES A LACTOSE E CORANTES , confeccionado sem adição de glúten, sem lactose, sem corantes, podendo ser consumido por celíacos, intolerantes a lactose e alérgicos a corantes. Ingredientes: açúcar orgânico, manteiga de cacau, massa de cacau, extrato de soja, sal refinado, emulsificantes lecitina de soja e poliricínoleato de poliglicerila e aromatizante". Embalados individualmente em papel aluminizado com fita de cetim na	UN	25		





	amarração e com uma base tipo copinho. A embalagem deve conter informações sobre o peso, ingredientes, composição nutricional, fabricante e a data de validade. Validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega. Deverá ser entregue intacto, não deve conter brinquedos, cartões ou qualquer objeto que possa ser engolido por crianças.				
14.	TABLETE DE CHOCOLATE- VEGANO - PARA ALÉRGICOS A PROTEÍNA DO LEITE E CORANTES , confeccionado em chocolate puro sem glúten, sem lactose, sem proteína de leite, sem corantes. Podendo ser consumido por celíacos, alérgicos a proteína do leite e alérgicos a corantes. Ingredientes: açúcar orgânico, manteiga de cacau, massa de cacau, extrato de soja, sal refinado, emulsificantes: lecitina de soja e polirricinoleato de poliglicerila e aromatizante. Embalados individualmente em papel aluminizado com fita de cetim na amarração e com uma base tipo copinho. A embalagem deve conter informações sobre o peso, ingredientes, composição nutricional, fabricante e a data de validade. Validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega. Deve conter a informação: vegano para alérgicos a proteína do leite. Peso mínimo de 100 gramas. Deverá ser entregue intacto, não deve conter brinquedos, cartões ou qualquer objeto que possa ser engolido por crianças.	UN	18	R\$	
15.	TABLETE A BASE DE ALFARROBA - PARA ALÉRGICOS A CHOCOLATE, GLÚTEN, AMENDOIM, CORANTES, LACTOSE E PROTEÍNA DO LEITE , confeccionado em	UN	3	R\$	



alfarroba em substituição do chocolate; a base de alfarroba em pó; podendo ser consumido por celíacos, alérgicos a proteína do leite, alérgicos a cacau, alérgicos a amendoim e oleaginosas, alérgicos a corantes e intolerantes a lactose (isento de lactose, isento da proteína do leite, isento de glúten, isento de corantes e isento de amendoim e traços de oleaginosas em geral). Embalados individualmente em papel aluminizado com fita de cetim na amarração e com uma base tipo copinho. A embalagem deve conter informações sobre o peso, ingredientes, composição nutricional, fabricante e a data de validade. Validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega. Deve conter a informação: sem cacau a base de alfarroba. Peso mínimo de 100 gramas. Deverá ser entregue intacto, não deve conter brinquedos, cartões ou qualquer objeto que possa ser engolido por crianças.				
--	--	--	--	--

2.4. O contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação pela CONTRATADA, sem autorização do CONTRATANTE por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

 congonhal.mg.gov.br
 [prefeituradecongonhalmg](https://www.instagram.com/prefeituradecongonhalmg)
 [prefeituradecongonhal](https://www.facebook.com/prefeituradecongonhal)



2.5. Para atender a seus interesses, o CONTRATANTE reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.6. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou novação, podendo o CONTRATANTE exercer seus direitos a qualquer tempo.

2.7. Correrá por conta da CONTRATADA qualquer indenização ou reparação por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa da mesma, seus empregados e/ou representantes, decorrentes dos serviços contratados.

2.8. Não serão aceitos serviços em desconformidade com as especificações contidas no instrumento convocatório.

2.9. Toda responsabilidade decorrente da imprudência, negligência, má-execução na entrega dos serviços contratados ou entrega de serviços defeituosos, inclusive perante terceiros, será imputada à contratada, a qual será obrigada a arcar com a reparação integral dos danos causados.

2.10. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas à Administração e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Setor Competente para Recebimento e Fiscalização

3.1. A área competente para receber, autorizar, conferir e fiscalizar o objeto contratado será o **Secretaria Municipal de Educação e o Setor de Compras** do CONTRATANTE, observados os artigos 117 e 140, da Lei Federal nº 14.113/2021.

3.1.1. O funcionário responsável será Sr(a) **Débora Guimarães Santos Moreira**, atuará como gestora e fiscalizadora da execução do objeto contratual.

3.1.2. A CONTRATADA é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização pela Administração, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pelo setor de Gabinete da Prefeitura.

3.2. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não receber o objeto contratado em desacordo com o previsto neste ajuste, podendo rescindi-lo, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - Do Preço e da Forma de Pagamento

4.1. Fica ajustado o valor total do presente contrato em **xxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**

4.2. O pagamento decorrente da concretização do objeto será efetuado, até o 30º (trigésimo) dia útil após a entrega da respectiva nota fiscal, no Departamento de Finanças da Prefeitura de Congonhal, após a devida comprovação da prestação dos serviços nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos.

4.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

4.4. Os preços pactuados poderão ser restabelecidos, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que o eventual aumento dos custos venha a ser devidamente comprovado, por meio de planilha analítica e documentação hábil, e atendidos todos os ditames legais concernentes.

4.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLÁUSULA QUINTA - Da Dotação Orçamentária

5.1. A despesa decorrente deste contrato correrá pela dotação orçamentária do ano de 2024.

02.03.05.12.361.0005.2.014.3390.32.00 – 141 - MATERIAL , BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CLÁUSULA SEXTA - Da Vigência

6.1. O prazo de vigência do presente contrato terá duração de 09 (nove) meses, no ano de 2025, podendo ser prorrogado, havendo interesse da administração, a rigor do artigo 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - Das obrigações das Partes

7.1. São obrigações das partes:

7.1.1. Do CONTRATANTE:

7.1.1.1. Indicar, neste ato a qual(is) servidor(es) cabe(em) acompanhar a execução contratual em sua latitude quantitativa e qualitativa e receber o objeto contratual.

7.1.1.2. Assegurar livre acesso ao pessoal da CONTRATADA, devidamente identificado, aos locais de prestação dos serviços, nas datas e horários estipulados pelo Setor de Gabinete da Prefeitura.

7.1.1.3. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do contrato.

7.1.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

7.1.1.5 Rejeitar os serviços que não forem executados de forma satisfatória ou em desconformidade com as exigências contidas no edital para refazimento.

7.1.1.6. Requisitar indenização pelos serviços que não puderem ser refeitos.

7.1.2. Da CONTRATADA:

7.1.2.1. Prestar os serviços de acordo com as condições fixadas neste contrato, obedecendo rigorosamente o prazo e todas as condições ajustadas neste contrato sob pena de rescisão contratual e consequente ressarcimento por perdas e danos.

7.1.2.2. Observar, rigorosamente, o melhor padrão de qualidade e confiabilidade dos serviços contratados, empregando, sempre, a melhor técnica na execução dos serviços.

7.1.2.3. Responsabilizar-se pelo refazimento de serviços executados em caso de comprovação da má qualidade, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, bem como providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Município quanto ao objeto contratado, a teor do art. 119, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.1.2.4. Responsabilizar-se pelos serviços que não puderem ser refeitos, obrigando-se a indenizar o CONTRATANTE.

7.1.2.5. Responsabilizar-se penal e civilmente por prejuízo ou dano causado no ato da execução contratual ao CONTRATANTE, aos seus funcionários ou a terceiros, por força do art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.1.2.6. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

7.1.2.7. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução contratual, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

7.1.2.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7.1.2.9. Assumir todos os encargos de demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao serviço executado;

7.1.2.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer fato superveniente que possa comprometer a manutenção do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - Das Sanções

8.1. Pela inexecução das condições contratuais, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Congonhal e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com o artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

8.1.1. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas decorrentes do descumprimento contratual:

I - 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso na prestação do serviço até o 15º trigésimo) dia, sobre o valor do contrato;

II - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso na prestação dos serviços superior a 15 (quinze) dias, com a consequente rescisão contratual;

III - 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.

8.1.2. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser pago por meio de guia própria, ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

8.1.3. Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas neste Contrato como de responsabilidade da CONTRATADA, a Administração poderá reter parcelas de pagamentos contratuais ou eventuais créditos de sua titularidade, bem como executar garantia prestada ou interpor medida judicial cabível.

8.1.4. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

8.1.5. As multas e penalidades previstas neste Contrato não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Administração por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

CLÁUSULA NONA - Da Rescisão

9.1. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses e condições previstas na legislação pertinente.



CLÁUSULA DÉCIMA - Da Publicação

10.1. O extrato do presente contrato será publicado no Órgão Oficial do Município, o “AMM”, por conta do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Do Foro

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pouso Alegre para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Congonhal, xx, xxxxxxxxxxxx de 2025.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Prefeitura Municipal de Congonhal

xxxxxxxxxxxxx

Rubens Vilela dos Santos Junior

CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxx

Prefeito Municipal



DESPACHO:

Autue-se em procedimento próprio e encaminhe ao setor de contabilidade e tesouraria para verificação da disponibilidade orçamentária e financeira.

Após, encaminhe para o pronunciamento, em caráter extraordinário, da Assessoria Jurídica do Município, para elaboração de parecer sobre a possibilidade de contratação direta, conforme artigo 75, inciso II da Lei 14.133/21.

Após, à Divisão de Licitações para demais providências.

Congonhal, 12 de março de 2025.

Rubens Vilela dos Santos Junior

Prefeito Municipal





Congonhal, 12 de março de 2025.

Exmo. Sr. Prefeito Municipal,

Em atendimento ao respeitável despacho informo que as dotações orçamentárias para cobertura de despesas com o Processo Licitatório 0033/2025, Dispensa 0015/2025, para **AQUISIÇÃO DE OVOS DE PÁSCOA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAL/MG**, no exercício financeiro de 2025, são as que seguem abaixo especificadas:

Dotação Orçamentária:

02.03.05.12.361.0005.2.014.3390.32.00 – 141 - MATERIAL , BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

GABRIELA ELIZA DOS SANTOS

Encarregada de Contabilidade

CRC MG109567/0





AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Processo nº 0033/2025

Dispensa nº 0015/2025

O Município de Congonhal torna público aos interessados, que nos termos do art. 75, II, § 3º da Lei nº 14.133/2021 que se encontra em aberto o Processo nº. 0033/2025 - Dispensa nº 0015/2025 e, estará recebendo de pessoas jurídicas do ramo, por e-mail ou protocolo presencial em sua sede, proposta de preços, para dispensa de licitação, pelo menor preço ofertado, para **AQUISIÇÃO DE OVOS DE PÁSCOA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAL/MG**. A documentação relacionada a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentadas após aceitação da proposta de preços e no ato da assinatura do contrato. O Termo de Referência encontra-se no site do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). O recebimento de propostas das empresas interessadas, dar-se-á do dia **25/03/2025 a partir das 08h:00mim ate o dia 28/03/2025 as 08h:00mim**, na Sala de Licitações, situada na Praça Comendador Ferreira de Matos, 29 – Centro – Congonhal ou pelo e-mail licitacao01@Congonhal.mg.gov.br. O encerramento do processo licitatório será em 28/03/2025 as 13h00min. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021. Rubens Vilela dos Santos Junior – Prefeitura Municipal de Congonhal.





CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que o Extrato correspondente ao Processo nº **0033/2025**, modalidade Dispensa, foi publicado no site oficial do PNCP, nesta data.

O referido é verdade e dou fé.

Congonhal/MG, 24 de março de 2025.





PREFEITURA DE
CONGONHAL

Tradição que
gera **confiança**,
futuro que cresce
com **credibilidade**!



Prefeitura Municipal de Congonhal - Estado de Minas Gerais
Praça Comendador Ferreira de Matos, 29 - Centro
Congonhal/MG - CEP: 37.584-000
 **(35) 3424-3000**

 congonhal.mg.gov.br
 [prefeituradecongonhalmg](https://www.instagram.com/prefeituradecongonhalmg)
 [prefeituradecongonhal](https://www.facebook.com/prefeituradecongonhal)

